

► POLÍTICAS URBANAS

Grupo de vereadores pretende apresentar questionamentos no evento de revisão do Plano e propor mudanças na lei que completou um ano

Comissão questiona Plano Diretor de Jundiaí e cobra mudanças

MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

No próximo dia 26 acontece a primeira reunião com a sociedade civil de avaliação do Plano Diretor de Jundiaí, que completou um ano de vigência no dia 8 de julho, através da lei 8.683/16. Durante este evento, a Comissão de Políticas Urbanas e Meio Ambiente, da Câmara Municipal, pretende aproveitar o momento para apresentar os questionamentos do grupo, formado por cinco vereadores, sobre o que foi discutido durante este ano, na atual legislatura, que completou sete meses em julho.

Segundo o presidente desta comissão, o vereador Douglas Medeiros (PP), os questionamentos da comissão são embasados em reuniões com técnicos da Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente (UGPUMA) e com profissionais da Associação dos Engenheiros de Jundiaí (AEJ). "Por base no que estes especialistas nos informaram, o novo Plano Diretor de Jundiaí teve avanços significativos na área ambiental, porém ele não está



DOUGLAS MEDEIROS "Novo Plano Diretor teve avanços significativos na área ambiental, porém, não está contribuindo para a vocação própria do município, que se tomou a sétima maior economia do Estado", diz o presidente da comissão

contribuindo para a vocação própria do município, que se tornou a sétima maior economia do Estado de São Paulo", destaca.

O vereador cita exemplos relacionados aos zoneamentos demarcados por lei, como as zonas rurais, onde houve incentivos para a produção agrícola, por outro lado impediu que os proprietários destas ter-

ras comercializassem seus próprios terrenos para fins imobiliários. "Se vamos travar o crescimento imobiliário e incentivar a agricultura em nossas zonas rurais, precisamos criar mecanismos de incentivo ao agricultor, como subsídios e isenção de impostos", sugere.

Revisão do plano

Esta comissão de vereado-



res pretende solicitar a revisão do plano, porém conforme informa o presidente do Conselho Municipal de Política Territorial (CMPT), Daniel Motta, o Plano Diretor Participativo tem a vigência de 10 anos, podendo ser revisado apenas no seu quinto ano de validade. "Creio que ainda é muito cedo para compreendermos se os efeitos da lei do Plano Diretor

são positivos ou negativos", declara Motta.

Para o gestor da UGPUMA, Sinésio Scarabello, os efeitos do Plano não surgem rapidamente e a avaliação deve ser feita à luz de dados concretos. "A Unidade é favorável à avaliação do Plano Diretor, de forma a resultar em diretrizes para o planejamento da cidade", informa.

UGPUMA está em processo de levantamento de indicadores qualitativos com relação ao plano, informou por meio de nota enviada pela assessoria de imprensa da Prefeitura de Jundiaí.

A lei completa do Plano Diretor Participativo pode ser visualizada na íntegra pelo site: www.planodiretor.jundiai.sp.gov.br.

► LAVA JATO

PF aponta suposta fala de Cunha sobre propina

O relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, recebeu da Polícia Federal (PF) relatório com transcrição de um diálogo de 2012 em que os então deputados federais Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) tratariam do recebimento de propina do empresário Joesley Batista, da JBS. Na troca de mensagens, é citado o nome de Michel Temer, então vice-presidente, como envolvido na negociação.

Segundo o diálogo que teria sido travado por Cunha e Alves, ambos presos atualmente, Temer ficaria potencialmente contrariado por perder parte

do dinheiro de Joesley para outra ala do PMDB.

"Joes aqui saindo. Confirme dos 3 convites, 1 RN 2 SP", relata a transcrição da PF sobre a mensagem supostamente enviada por Alves a Cunha. "Joes" seria Joesley. E "convite", propina, segundo o relatório. Ao que responde Cunha, segundo a transcrição: "Ou seja ele vai tirar o de São Paulo para dar a vc? Isso vai dar merda com Michel".

A troca de mensagens entre os peemedebistas foi extraída do celular de Eduardo Cunha. Segundo a interpretação dos agentes da PF, Cunha se refere a uma suposta insatisfação do então vice-presi-

dente, que é do PMDB de São Paulo, com o direcionamento de parte do dinheiro para o partido no Rio Grande do Norte, controlado por Alves.

"A utilização do termo 'convites' pode ser uma tentativa de mascarar uma atividade de remessa financeira ilegal, já que, caso fosse um procedimento que obedecesse estritamente as normas legais, não haveria o porquê do uso deste termo", afirma o relatório da PF, que se tornou público no sistema do STF. O relatório faz parte de uma ação cautelar que corre no tribunal e tem Cunha e Alves como investigados, entre outros. (Folhapress)

► DE VOLTA À CENA

Aécio Neves reaparece em hora crucial para Temer

Afastado dos holofotes desde maio, após ter sido atingido pela delação de Joesley Batista, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) voltou à cena na última semana. Na véspera da mais importante votação para o governo Michel Temer na Câmara, o tucano jantou no Palácio do Jaburu no sábado (29) e almoçou no domingo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O trabalho deu resultado. Na última quarta-feira

(2), 263 deputados votaram para barrar o processo. Desse total, Temer contou com o apoio de 22 dos 47 parlamentares do PSDB na Casa, enquanto a expectativa era de que a maioria da bancada votasse pela continuidade do processo.

O governo, que seguia mantendo conversas discretas com Aécio, fez um apelo para que ele aparecesse publicamente nas articulações a fim de dar mais força ao apoio do PSDB ao Planalto. O ressurgimento em

público coincidiu com novo revés: a Procuradoria-Geral da República apresentou mais um pedido de prisão do tucano. O senador ficou mais de 40 dias afastado do Senado no primeiro semestre por determinação do STF, que acabou reformando a decisão e autorizou que ele reassumisse o mandato no fim de junho. De lá para cá, Aécio busca um equilíbrio entre não se expor em excesso e nem desaparecer completamente como um líder do PSDB.